



RIOPREVIDÊNCIA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

Especialista em Previdência Social

PERFIL 1

Previdência Social e Finanças Públicas

Data: 30/03/2014 - Manhã
Duração: 4 horas e 30 minutos

Caro(a) Candidato(a), leia atentamente e siga as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 80 (oitenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa	Informática	Raciocínio Lógico Quantitativo	Direito Constitucional e Administrativo	Direito Previdenciário e Previdência Social	Estatística e Fundamentos de Atuária	Economia e Fundamentos de Finanças	Administração Pública
01 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 60

Conhecimentos Específicos

Previdência Social	Finanças Públicas
61 a 70	71 a 80

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	■	D	E
---	---	---	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, anotações, impressos, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, palmtop, relógio digital com receptor, máquinas calculadoras ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

Somente decorridas 3 horas e 30 minutos de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

FALTA DE NEUTRALIDADE NA WEB FARÁ INTERNAUTA PAGAR “MAIS PEDÁGIOS”

Após tantos anos de debate, deve ser finalmente votado o projeto do Marco Civil da Internet. Ao longo das discussões, tornou-se ainda mais óbvia a importância da internet como meio de expressão social: são 105 milhões de internautas no Brasil e cerca de dois bilhões no mundo.

Um dos pontos básicos do projeto – e o que mais está em risco – refere-se à neutralidade de rede. Parece um conceito reservado apenas à compreensão dos técnicos, distante dos interesses dos tantos milhões de internautas, mas é o oposto. Esta é a chave para a manutenção da internet livre e aberta como tem sido até agora. Se o tratarmos como um tema para *experts*, sem decifrar este “enigma”, corremos o risco de deixar os detentores da infraestrutura de banda larga (as empresas telefônicas) intervir como quiserem no livre fluxo de criação de *sites* e dados, mudando assim o espírito da igualdade dos conteúdos, serviços e negócios inovadores na rede.

Não é tão complicado como parece. Os serviços e redes de telecomunicações funcionam como uma malha de ruas e estradas, por onde trafegam os “carros” (os internautas) por todos os *sites* disponíveis (conteúdos jornalísticos, de entretenimento, além de serviços como *e-mails*, redes sociais etc.). As empresas telefônicas cobram dos internautas para trafegarem na internet em diferentes velocidades, de acordo com o plano que cada um quer ou pode pagar.

Segundo pesquisa da *Mesuring Information Society*, hoje 45% dos lares brasileiros pagam mensalidades a estas empresas de banda larga. Até aí, tudo bem: atualmente, após pagar o “pedágio”, o internauta pode trafegar livremente pelas “estradas” que preferir, com acesso a todos os serviços e conteúdos. A regra da neutralidade de redes garante que as condições de acesso aos *sites* sejam iguais, sem privilégio a nenhum serviço ou conteúdo. A única limitação é o limite de velocidade contratado.

Mas as empresas telefônicas, além de cobrarem dos usuários pelo limite de velocidade, querem cobrar em função de onde e o que o carro está fazendo, ou seja, querem poder intervir também na navegação dos internautas e na sua liberdade de escolha dos conteúdos, favorecendo os seus parceiros ou os que puderem pagar mais.

Por meio de mudanças aparentemente sutis no texto original do relator, buscam alterar radicalmente o espírito da internet livre. Impor barreiras ou prioridades para o acesso a determinados conteúdos é limitar a liberdade de acesso à informação. É tornar a internet uma rede limitada. Com a neutralidade é possível ao internauta alugar um “carro” com o tamanho e potência de motor que escolher, sendo-lhe reservado o direito de ir e vir. Se o *lobby* das empresas telefônicas prevalecer, o carro alugado circulará apenas por determinados locais definidos por elas, ou então mediante o pagamento de mais pedágios.

Convém não esquecer também de outra questão colocada no Marco Civil, que é a retirada dos conteúdos da internet. Hoje, quem produz e divulga conteúdos responsabiliza-se por eles, inclusive em juízo.

Quando se trata de inserção de conteúdos em plataformas de terceiros, o responsável pela plataforma é obrigado a retirar do ar um conteúdo tão logo receba uma ordem judicial com esta determinação ou, mesmo sem ordem judicial, por violação de suas políticas de uso, como é o caso de conteúdos postados que tenham conotação evidentemente criminosa, como pedofilia. Mas algumas instituições sugerem a retirada do conteúdo mediante o simples pedido de um interessado, sem que o responsável pela plataforma tenha segurança de estar agindo da forma justa e correta.

É como se a editora de livros fosse obrigada a retirar partes de uma publicação mediante a simples comunicação por um interessado que sequer precisa ter qualquer relação de propriedade intelectual com a matéria publicada. É necessário, neste ponto, aprofundar a

discussão dos requisitos mínimos para retirada de um conteúdo antes que passe a vigorar tal dispositivo, de modo a não colocar em risco valores sociais inegociáveis, como a liberdade de expressão.

Espera-se que a Câmara exerça a sua função de forma independente de interesses econômicos desmesurados, de modo que tal lei represente a vontade da sociedade, especialmente dos internautas, em prol da neutralidade. Só assim teremos a proteção de todos contra interferências das operadoras de telecomunicações no conteúdo que acessamos, sejam jornalísticos ou vídeos, redes sociais, *e-mails*, comércio eletrônico etc. Não vamos deixar que as empresas de telecomunicações restrinjam o desenvolvimento da internet.

EDUARDO F. PARAJO

(Adaptado de <http://tecnologia.uol.com.br/>)

01. A neutralidade a que se refere o texto corresponde a:

- A) necessidade de vigilância de todos os dados de navegação
- B) possibilidade de controle das corporações pelos internautas
- C) comportamento esperado dos parlamentares na votação das leis
- D) atitude dos internautas em relação às empresas de telecomunicações
- E) condição de acesso a qualquer página eletrônica sem limitação

02. De acordo com o autor, a possibilidade, prevista no projeto de lei, de retirada de conteúdos da internet por qualquer interessado, não apenas por seu autor representa:

- A) restrição à livre expressão das ideias
- B) avanço importante no combate à pedofilia
- C) adequação ao princípio da liberdade do mercado
- D) interesses duvidosos do governo federal aos usuários
- E) limitação à inconsequente ação das grandes corporações

03. Após a leitura global do texto, percebe-se que o emprego do futuro do presente, no título, indica:

- A) uma certeza dada
- B) uma hipótese pouco provável
- C) uma vontade imperativa
- D) um fato possível
- E) um desejo improvável

04. No primeiro parágrafo, os dois-pontos podem ser substituídos por um conectivo com o valor semântico de:

- A) causa
- B) comparação
- C) consequência
- D) adversidade
- E) concessão

05. A estratégia argumentativa utilizada no terceiro parágrafo se sustenta em:

- A) exemplo histórico
- B) analogia
- C) dilema
- D) ideias contraditórias
- E) argumento de autoridade

06. No quarto parágrafo, a expressão “até aí, tudo bem” sugere o seguinte posicionamento do autor:

- A) concordância integral com o projeto de lei
- B) concessão para apresentar crítica à restrição de acesso
- C) adesão à restrição da conexão de criminosos à internet
- D) discordância da interferência dos deputados no livre comércio
- E) neutralidade em relação à contradição exposta

07. No sexto parágrafo, o uso das aspas em “carro” se justifica por indicar:

- A) fragmento de citação do texto do projeto de lei
- B) metáfora oriunda de obra literária conhecida
- C) uso de uma palavra no lugar de outra
- D) relativização de um ponto de vista
- E) marca de linguagem coloquial

08. A palavra “infraestrutura” é formada pelo seguinte processo:

- A) sufixação
- B) prefixação
- C) parassíntese
- D) justaposição
- E) aglutinação

09. “Um dos pontos básicos do projeto – e o que mais está em risco – refere-se à neutralidade de rede”. A mesma regra para o emprego do acento grave é observada em:

- A) O funcionário chegou às sete horas no trabalho.
- B) A cliente pagou à vista por todas as encomendas.
- C) Os alunos assistiram integralmente à aula inaugural.
- D) O projeto de trabalho foi concluído à custa de muito esforço.
- E) Um dos convidados saiu à francesa da festa.

10. A palavra “conteúdo” recebe acentuação pela mesma razão de:

- A) juízo
- B) espírito
- C) jornalístico
- D) mínimo
- E) disponíveis

INFORMÁTICA

11. Observe a figura e a correspondente especificação abaixo, referentes a uma impressora multifuncional 3 em 1.



Multifuncional Laser Wi-Fi Monocromática
Samsung SCX3405W - 110V

Da observação e da análise feita, essa impressora tem por característica:

- A) permitir a impressão de fotografias coloridas
- B) operar como impressora, *scanner* e fotocopiadora
- C) utilizar cartuchos nas cores cian, magenta, amarela e preta
- D) imprimir *banners* em tamanho A0 por meio da tecnologia usb
- E) funcionar como roteador *wireless* a partir de uma banda larga de 5 Gbps

12. Um funcionário de nível superior da RIOPREVIDÊNCIA está acessando o *site* da instituição em um *notebook* com sistema operacional Windows 8 BR, por meio do *browser* Firefox Mozilla. Nessa situação, para acessar a área de trabalho, ele deve executar um atalho de teclado, que corresponde a pressionar duas teclas,



em sequência. Essas teclas são

- A) T
- B) A
- C) D
- D) R
- E) E

13. No Word 2010 BR, pressionar a tecla de função F7 tem por finalidade:

- A) traduzir um texto selecionado para outro idioma usando um dicionário bilíngue
- B) fazer uma pesquisa em materiais de referência como dicionários e enciclopédias
- C) sugerir outras palavras com significado semelhante ao da palavra selecionada
- D) verificar a ortografia e gramática do texto no documento
- E) adicionar um comentário sobre um texto selecionado

14. Observe a planilha abaixo, criada no Excel 2010 BR.

	A	B	C	D
1	RIOPREVIDÊNCIA - 2014			
2				
3	17			
4	23			4
5	29			
6	13			35
7	18			

Nessa planilha, foram realizados os procedimentos descritos a seguir.

- Em D4, foi inserida uma expressão que determina o número de células com um valor não igual a número mostrado em A5, nas células de A3 até A7.
- Em D6, foi inserida uma expressão que determina a soma dos números contidos nas células A3 e A7.

As expressões inseridas em D4 e D6 foram, respectivamente:

- A) =CONT.SE(A3:A7;"!="&\$A5) e =SOMA(A3:A7)
- B) =CONT.SE(A3:A7;"!="&A5) e =SOMA(A3:A7)
- C) =CONT.SE(A3:A7;"<>"&\$A5) e =SOMA(A3:A7)
- D) =CONT.SE(A3:A7;"<>"&A5) e =SOMA(A3:A7)
- E) =CONT.SE(A3:A7;"<>"&A5) e =SOMA(A3:A7)

15. No *browser* Internet Explorer 10 BR, o acionamento do ícone



tem por significado:

- A) adicionar *site* à Barra de Favoritos
- B) configurar *site* como *homepage* inicial
- C) imprimir tela do *site* exibido no monitor de vídeo
- D) salvar logomarca do *site* mostrado na tela
- E) bloquear Barra de Ferramentas

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

16. Após 12 dias de trabalho, José havia completado 3/4 de um serviço para o qual havia sido contratado e, então, André chegou para ajudá-lo. Juntos, completaram o serviço em mais 2 dias. Assim, se André tivesse trabalhado sozinho durante todo o tempo teria completado a obra em:

- A) 10 dias
- B) 12 dias
- C) 14 dias
- D) 16 dias
- E) 18 dias

17. Giulia, Miguel e Bruno são primos e moram com seus pais Renata, José e Fernando em Jacarepaguá, na Ilha do Governador e na Gávea, não necessariamente nas ordens indicadas. Além disso, sabe-se que:

1. Miguel não é filho de Fernando.
2. Giulia não mora na Gávea e é filha de Renata.
3. O primo que mora em Jacarepaguá é filho de José.

Desse modo, é correto afirmar que:

- A) Fernando mora na Ilha do Governador.
- B) Renata mora na Barra da Tijuca.
- C) Miguel mora em Jacarepaguá.
- D) Bruno mora na Ilha do Governador.
- E) José é pai de Bruno.

18. Em um hospital pediátrico, de 93 crianças examinadas em um dia, 45 apresentaram gripe, 35 apresentaram vômitos e 50 apresentaram diarreia. Sabendo-se ainda que 10 crianças apresentaram vômitos e diarreia, 15 apresentaram vômitos e gripe e 20 apresentaram gripe e diarreia, o total de crianças que apresentavam somente gripe foi de:

- A) 18
- B) 20
- C) 32
- D) 45
- E) 50

19. Observe a sequência de números apresentada abaixo:

8, 5, 13, 8, 21, 13, X

Nessa sequência, o X vale:

- A) 5
- B) 8
- C) 21
- D) 29
- E) 34

20. Em um grupo de pessoas, há 10 brasileiros e 10 ingleses. Dos 10 brasileiros, 6 são homens e 4 mulheres, enquanto há 8 ingleses e 2 inglesas. Escolhendo-se ao acaso uma pessoa do grupo e sabendo que ela é mulher, a probabilidade de ser brasileira é:

- A) 3/10
- B) 1/3
- C) 2/3
- D) 3/4
- E) 4/5

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

21. A expressão constitucionalismo, como apontam os juristas, é de origem recente e traduz o resultado dos movimentos contrários a determinados modelos de governo que foram predominantes em denominada quadra histórica. Nessa trilha, o constitucionalismo traduz:

- A) centralização de governo
- B) limitação do poder
- C) vitória do proletariado
- D) democracia socialista
- E) governo das elites

22. A supremacia da Constituição é um dos parâmetros fundamentais do Estado moderno. Consoante tal pressuposto, a Constituição impõe-se sobre as demais normas estabelecendo um parâmetro de:

- A) existência
- B) vivificação
- C) opressão
- D) desenvolvimento
- E) validade

23. Segundo a organização dos princípios fundamentais, pode ser considerado como relacionado à prestação positiva do Estado o princípio do:

- A) repúdio ao terrorismo
- B) solidarismo
- C) republicanismo
- D) desenvolvimento nacional
- E) pluralismo político

24. As eleições ocorrem, normalmente de quatro em quatro anos. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados eleitos segundo o princípio:

- A) majoritário
- B) democrático
- C) republicano
- D) distrital
- E) indicativo

25. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a lei disciplinará os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros com base no:

- A) país candidato
- B) lucro projetado
- C) interesse nacional
- D) valor monetário
- E) contrato privado

26. Nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, cabe ao Estado legislar concorrentemente com a União no seguinte tema:

- A) águas
- B) energia
- C) informática
- D) junta comercial
- E) serviço postal

27. As Constituições democráticas privilegiam a participação popular. De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, cabe a apresentação de consultas plebiscitárias limitadas anualmente a:

- A) uma
- B) duas
- C) três
- D) quatro
- E) cinco

28. Um dos grandes problemas do sistema previdenciário consiste no descasamento entre receitas e despesas projetadas segundo a sobrevida dos beneficiários que, pelos avanços da medicina, tendem a alcançar avançadas idades, com qualidade de vida ou necessitando de sofisticados mecanismos de sobrevivência e remédios custosos. Existem diversas medidas estabelecidas para restringir a concessão de aposentadorias, dentre as quais estão maior tempo de contribuição e maior tempo de exercício em cargos públicos. Para os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, há necessidade de exercício para possibilidade de aposentadoria com as garantias do cargo por mais de:

- A) um ano
- B) dois anos
- C) três anos
- D) quatro anos
- E) cinco anos

29. Juvêncio é frequentador da ilha JJ, cujo território está no Estado L que está no rio Vida, que corta também os Estados W e Q e os Municípios Y, T e P. Procurando informações sobre qual seria o órgão responsável por autorizar construções na ilha, verifica que esta não pertence ao patrimônio da União. Nesse caso, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a ilha fluvial pertenceria ao:

- A) Estado W
- B) Município Y
- C) Estado L
- D) Município P
- E) Estado Q

30. Nos termos da lei federal que regula os atos de improbidade administrativa, no caso de ocorrer prejuízo capitulado na referida norma, praticado em entidade que tenha recebido vinte por cento de aporte de órgão público, correspondente a R\$ 1.000.000,00 para compor o seu patrimônio e, havendo ato de improbidade caracterizado por prejuízo que atinja esse montante, além de se expandir para outros compostos por financiadores privados, a recomposição do prejuízo aos cofres públicos estará limitada ao seguinte valor:

- A) duzentos mil reais
- B) quatrocentos mil reais
- C) seiscentos mil reais
- D) oitocentos mil reais
- E) um milhão de reais

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

31. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Seguridade Social atua no seguinte setor:

- A) indústria
- B) desenvolvimento
- C) segurança
- D) educação
- E) assistência social

32. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), deve ser observado o seguinte objetivo específico aplicado ao sistema de Seguridade Social:

- A) prestações flexíveis e redutíveis
- B) uniformidade dos benefícios urbanos e rurais
- C) base de financiamento única
- D) tratamento hospitalar público especializado
- E) atendimento restrito aos mais carentes

33. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Seguridade Social compreende um sistema administrado em conjunto com vários segmentos cuja gestão denomina-se:

- A) bipartite
- B) tripartite
- C) quadripartite
- D) quintupartite
- E) hexapartite

34. Nos termos da legislação que regula o regime geral da Previdência Social, busca-se, mediante contribuição, assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção e daqueles de quem dependiam economicamente por motivo de:

- A) casamento
- B) abandono
- C) separação
- D) educação
- E) prisão

35. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), quando o servidor público preencher os requisitos para aposentadoria, mas optar por permanecer em serviço fará jus:

- A) à gratificação permanente
- B) à contagem especial de tempo de serviço
- C) à isenção tributária
- D) ao abono de permanência
- E) ao subsídio integral

36. Nos termos da denominada lei geral da previdência social do serviço público, de origem federal, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social não poderá ser inferior ao valor:

- A) do subsídio básico
- B) da remuneração inicial
- C) da contribuição securitária
- D) do salário mínimo
- E) da contribuição do segurado

37. Em conformidade à atual estrutura de previdência social dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, para a obtenção de benefício previdenciário superior ao máximo estabelecido em lei para o regime próprio, haverá necessidade de contribuição para o denominado regime de previdência:

- A) geral
- B) complementar
- C) civil
- D) militar
- E) misto

38. No regime de previdência privada que necessita de aportes de patrocinadores e beneficiários, as instituições que trabalham com planos de previdência aberta são fiscalizadas:

- A) pela Secretaria Especial da Previdência
- B) pela Superintendência de Seguros Privados
- C) pelo Banco Central do Brasil
- D) pela Comissão de Valores Mobiliários
- E) pelo Instituto Federal de Previdência

39. Nos termos da legislação federal que regula a concessão de benefícios previdenciários, a pensão em decorrência de falecimento do segurado será deferida desde o óbito, quando requerida da data do falecimento até:

- A) trinta dias
- B) quarenta dias
- C) cinquenta dias
- D) sessenta dias
- E) setenta dias

40. De acordo com a legislação federal que regula a concessão de benefícios previdenciários, a manutenção do auxílio-reclusão depende da apresentação de:

- A) decisão autorizadora do juiz da condenação
- B) parecer circunstanciado do Ministério Público
- C) comunicação do órgão de previdência social
- D) declaração de permanência na condição de presidiário
- E) certidão de antecedentes criminais oficial

ESTATÍSTICA E FUNDAMENTOS DE ATUÁRIA

41. Em uma cidade, cerca de 80% dos veículos são segurados e o restante não é coberto por qualquer tipo de seguro. Um estudo estatístico mostrou que o percentual médio de veículos que sofrem qualquer tipo de acidente ao longo do ano é de 5% para os veículos segurados e de 10% para os não segurados.

Supondo que determinado veículo, escolhido ao acaso, sofreu acidente ao longo desse ano, a probabilidade deste veículo possuir seguro é de:

- A) 1/6
- B) 1/3
- C) 2/3
- D) 3/4
- E) 4/5

42. A distribuição de probabilidades do tempo de vida T dos habitantes de um país, em anos, pode ser razoavelmente modelada a partir da seguinte função densidade de probabilidade:

$$f(t) = \begin{cases} e^{-0,02t} & t \geq 0 \\ 0, & t < 0 \end{cases}$$

O tempo médio de vida, em anos, dos habitantes dessa cidade é de:

- A) 12
- B) 20
- C) 36
- D) 50
- E) 72

43. Uma companhia de seguros estima que 1% dos seus segurados sofrem sinistros ao longo do ano. O gasto anual dessa companhia é de R\$ 50.000,00 por cada sinistro ocorrido. Supondo que um segurado nunca irá sofrer mais de um sinistro por ano, para que a companhia recupere pelo menos o que foi gasto em sinistros, o valor mínimo de prêmio de risco anual desse seguro, por cliente, deve ser de:

- A) R\$ 500,00
- B) R\$ 1.000,00
- C) R\$ 2.000,00
- D) R\$ 5.000,00
- E) R\$ 10.000,00

44. Mostram-se, a seguir, trechos de uma tábua de mortalidade da população masculina de determinado país:

Idade	q_x	Idade	q_x	Idade	q_x
0	0,0027
1	0,00095	50	0,00032	98	0,4712
2	0,00050	51	0,00035	99	0,5820
3	0,00028	52	0,00038	100	0,6417
4	0,00021	53	0,00041	101	0,8101
5	0,00017	54	0,00043	102	0,8912
...	103	1,0000

O valor destacado na tabela indica que:

- A) 64,17% dos homens atingem a idade de 100 anos
- B) 64,17% dos homens que atingem 100 anos falecem antes de completar 101 anos
- C) 64,17% dos homens falecem com mais de 100 anos
- D) 64,17% dos homens atingem 100 anos e falecem antes de completar 101 anos
- E) 64,17% dos homens falecem antes de chegar aos 100 anos

45. Dois regimes financeiros básicos para o financiamento da previdência social são os de repartição simples e de capitalização. Uma diferença fundamental entre esses dois regimes é que:

- A) no regime de repartição simples, a atualização monetária é com juros simples, enquanto no regime de capitalização é com juros compostos
- B) no regime de repartição simples, a aposentadoria é paga pelo Estado, enquanto no regime de capitalização a aposentadoria é paga pela própria população
- C) no regime de repartição simples, a contribuição mensal paga é definida, enquanto no regime de capitalização o benefício de aposentadoria é definido
- D) no regime de repartição simples, é possível sacar todo o montante investido no momento da aposentadoria, enquanto no regime de capitalização isto não é permitido
- E) no regime de repartição simples, a geração corrente financia a geração anterior, enquanto no regime de capitalização cada aposentadoria é financiada pela própria pessoa, quando jovem

ECONOMIA E FUNDAMENTOS DE FINANÇA

46. Na aplicação de políticas econômicas conjuntas, o reflexo no produto, quando ocorre alteração em alguma variável monetária, fiscal ou privada, é bastante menor, visto que é influenciado pela relação dos agentes com a demanda e oferta de moeda. Para que isto possa ser verificado, pode-se utilizar o modelo IS- LM completo:

$$\text{Modelo IS} \quad Y=C+cY+I-bi+bG$$

$$\text{Modelo LM} \quad M/P=kY-hi$$

Desta forma, o multiplicador de impacto na economia será:

- A) $1/(1-c)$
- B) $1/(1-c-bk/h)$
- C) $1/(1-c+bk/h)$
- D) $1/(1-c+(b-h)/k)$
- E) $(1-c)/(1-b+ck/h)$

47. Quando o preço do produto A aumentou de R\$ 300,00 para R\$ 330,00, a quantidade do produto A demandada diminuiu de 1000 para 870. O valor da elasticidade preço da demanda de A e sua classificação serão, respectivamente:

- A) 1,30 e elástica
- B) 1,30 e inelástica
- C) 1,00 e elástica
- D) 1,00 e inelástica
- E) 0,957 e inelástica

48. Uma loja vende um liquidificador por R\$ 64,00 para pagamento à vista ou em duas prestações fixas de R\$ 36,00, uma de entrada e outra para 30 dias. A taxa de juros mensais cobrada pela empresa está no intervalo:

- A) de 10% a 14% ao mês
- B) de 15% a 19% ao mês
- C) de 20% a 24% ao mês
- D) de 25% a 29% ao mês
- E) mais de 30% ao mês

49. A teoria quantitativa da moeda dos economistas clássicos, de acordo com O'Sullivan e Sheffrin (2004), define que uma mudança na oferta monetária irá ocasionar:

- A) uma mudança mais do que proporcional no nível de preços
- B) uma mudança proporcional no nível de preços
- C) um aumento na velocidade da moeda
- D) uma mudança menos que proporcional no nível de preços
- E) uma redução na velocidade da moeda

50. A instituição no Sistema Financeiro Brasileiro que tem dentre suas atribuições fixar as diretrizes e normas de política cambial é:

- A) BACEN – Banco Central do Brasil
- B) CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- C) CMN – Conselho Monetário Nacional
- D) BB – Banco do Brasil
- E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

51. O debate sobre a administração pública democrática é um assunto relevante e atual. Em rigor, a administração pública democrática é um tema que:

- A) surgiu com a reforma do Estado dos anos 1990
- B) é antigo e pertence à primeira metade do século XX
- C) se apresentou com a Constituição de 1988
- D) foi introduzido pelo *New Public Management*
- E) resultou da influência do socialismo democrático, após a queda do "Muro de Berlim"

52. A burocracia costuma ser criticada pelo seu distanciamento da população, como se constituísse algo distinto, sem a influência dos grupos. Para superar esta limitação, alguns teóricos propuseram o que ficou conhecido como *burocracia representativa*. A burocracia representativa significa:

- A) que a burocracia deve tomar suas decisões ouvindo os segmentos sociais, por meio de conselhos populares
- B) que a burocracia deve ter, entre os seus quadros administrativos, representantes dos diferentes partidos políticos
- C) que os funcionários devem ser selecionados observando o critério de proporcionalidade dos segmentos demográficos da sociedade
- D) que a burocracia deve tomar suas decisões consultando os populares através de mecanismos tais como caixa de sugestões ou correio eletrônico
- E) que a burocracia deve ser eleita pelos populares para ocupar as funções públicas do aparelho administrativo

53. Um dos mais importantes princípios constitucionais da administração pública, o princípio da publicidade, tem sido uma oportunidade para que alguns políticos façam propaganda de si mesmo. Mas a publicidade da administração pública não se pode permitir esta utilização indevida. A Constituição Federal de 1988 é clara e diz precisamente que:

- A) da publicidade de programas, obras, serviços e campanhas não podem constar nomes ou símbolos que caracterizem promoção pessoal
- B) da publicidade de programas, serviços e campanhas não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal
- C) da publicidade de programas, obras e serviços não podem constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal
- D) da publicidade de programas, obras, serviços e campanhas não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal
- E) da publicidade de programas, obras e campanhas não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal

54. A ideia de transparência nos negócios públicos tem sido fortemente estimulada em todo o mundo. Leis se têm produzido, inclusive no Brasil. Este tipo de preocupação faz parte do *E-govern* sob as seguintes perspectivas, dentre as abaixo relacionadas:

- A) de processos e do cidadão
- B) da cooperação e do cidadão
- C) da gestão do conhecimento e da cooperação
- D) da cooperação e de processos
- E) da gestão do conhecimento e do cidadão

55. As agências reguladoras são uma consequência da diferença existente entre o interesse público e o privado; entre o valor privado e o valor público. Por isso, a regulação é caracterizada principalmente por algumas ações do Estado, como:

- A) intervenção, flexibilização de regras e restrição da escolha baseada em interesses privados
- B) fixação de regras e restrição da escolha baseada em interesses privados, porém sem intervenção do Estado
- C) intervenção, fixação de regras, mas liberação da escolha baseada em interesses privados, garantindo-se a livre iniciativa, de acordo com a Constituição Federal
- D) intervenção, fixação de regras e restrição da escolha baseada em interesses privados
- E) fixação de regras, restrição da escolha baseada em interesses privados e intervenção apenas quando prevista no contrato de concessão

56. As organizações sociais, instituições de direito privado, que passaram a administrar serviços de saúde, escolas e outras atividades públicas, introduzidas no âmbito da reforma do Estado, são beneficiárias de alguns direitos. Dentre eles:

- A) receber bens públicos em permissão de uso sem licitação, recursos orçamentários e servidores públicos a expensas do governo
- B) receber bens públicos em permissão de uso, com a devida licitação, recursos orçamentários e servidores públicos a expensas do governo
- C) receber bens públicos em permissão de uso sem licitação, recursos orçamentários e servidores públicos, sempre às suas próprias expensas
- D) receber bens públicos em permissão de uso, com a devida licitação, mas não recursos orçamentários e servidores públicos a expensas do governo
- E) receber alvará e liberdade para fixar preços, definir política salarial e critérios de seleção, sem outro benefício, funcionando como uma organização privada autorizada a operar um serviço público

57. Segundo alguns estudiosos que refletem sobre a administração pública brasileira, estaria havendo um processo de retorno ao patrimonialismo, no bojo do discurso antiburocrático. A dominação patrimonial é definida como apoiada:

- A) na existência de um quadro administrativo puramente pessoal, formado por companheiros ou súditos, recrutados por critério de afetividade, lealdade e confiança
- B) nas condições materiais dos dirigentes públicos, cujo patrimônio elevado e o apoio financeiro aos políticos nos processos eleitorais lhes concede o direito aos postos e cargos
- C) na crença de que algumas pessoas por sua qualificação e prestígio têm o direito de assumir os cargos públicos e conduzi-los de acordo com seu próprio entendimento acerca das questões que lhe são colocadas para apreciação e decisão
- D) em processos de escolha em que o soberano faz a indicação de pessoas para os cargos públicos do reino de acordo com critérios de conhecimento, sabedoria e grande discernimento, demonstrados no convívio da corte
- E) nos setores armados da sociedade feudal, em particular nos senhores feudais, que indicam os servos mais judiciosos para os cargos públicos, de acordo com processos abertos e convites do próprio soberano

58. Conforme se lê na Constituição Federal de 1988, a administração pública, seja no município, no Estado ou na União, visando o aprimoramento do serviço público, deve:

- A) manter convênios com escolas públicas e privadas para desenvolver programas de formação continuada, evitando unidades próprias para este fim
- B) manter escolas de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos
- C) oferecer a oportunidade de desenvolvimento aos seus servidores, uma vez estes logrem aprovação em processos seletivos de escolas e faculdades públicas
- D) oferecer cursos aos seus servidores, porém exigindo contrapartida financeira e horários que não aqueles definidos como de expediente ordinário
- E) apoiar financeiramente e com horários adaptados as opções de estudo dos seus funcionários

59. "Para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, e dela se distanciando cada vez mais, é o Estado". Esta definição sobre a origem e função do Estado é de:

- A) John Locke
- B) Thomas Hobbes
- C) Maquiavel
- D) Max Weber
- E) Friedrich Engels

60. Em se tratando de agências executivas, cujo *status* legal foi adquirido à época da reforma do aparelho do Estado, está certo dizer que a qualificação cabe para alguns entes públicos, em certas condições. Estes entes públicos e estas condições são:

- A) as autarquias, empresas públicas e fundações, uma vez tenham um plano estratégico e celebrem contrato de gestão com o respectivo Ministério
- B) as empresas públicas e sociedades de economia mista, uma vez tenham um plano estratégico e celebrem contrato de gestão com o respectivo Ministério
- C) as autarquias e fundações, uma vez tenham um plano estratégico e celebrem contrato de gestão com o respectivo Ministério
- D) as autarquias e fundações, uma vez tenham um plano estratégico, programa de metas e celebrem contrato de gestão com o Ministério do Planejamento
- E) as autarquias, fundações e sociedades de economia mista, uma vez tenham um plano estratégico, programa de ação e celebrem contrato de gestão com o respectivo Ministério

PREVIDÊNCIA SOCIAL

61. Em termos históricos, considera-se a Alemanha da época do Chanceler Bismarck como o local do nascedouro das prestações previdenciárias. Coube ao citado estadista aprovar no parlamento o:

- A) salário-maternidade
- B) seguro de doença
- C) auxílio-acidente
- D) apoio geriátrico
- E) benefício de guerra

62. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), é possível aos Estados vincular o programa de apoio à inclusão e de promoção social no seguinte percentual de sua receita tributária líquida:

- A) um décimo
- B) dois décimos
- C) três décimos
- D) quatro décimos
- E) cinco décimos

63. Nos termos da lei federal que regula as prestações previdenciárias do regime geral de previdência, o dirigente sindical, durante o exercício do mandato eletivo, mantém enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS na qualidade de contribuinte:

- A) autônomo, por não possuir vínculo formal
- B) avulso, por falta de previsibilidade legal
- C) empregador, diante da situação de líder associativo
- D) do mesmo tipo de antes da investidura
- E) associativo, por força do sindicato

64. De acordo com a lei federal que estabelece o plano de custeio da previdência social pública, constituem contribuições sociais as incidentes sobre as receitas de:

- A) operações cambiais
- B) transações imobiliárias
- C) concursos de prognósticos
- D) renda gerada por pessoa física
- E) doações a partidos políticos

65. Nos termos da lei federal que regula o custeio da previdência pública pelo regime geral, é considerada segurada especial a pessoa física:

- A) que presta serviço de natureza urbana à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração
- B) residente em imóvel rural na condição de seringueiro autorizado e que tal atividade seja seu principal meio de vida
- C) empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social
- D) exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social
- E) ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias, inclusive em regime especial, e fundações públicas federais

66. Nos termos da lei federal que organiza o custeio da previdência pública no regime geral, a responsabilidade pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social é da:

- A) autarquia previdenciária
- B) associação de contribuintes
- C) União Federal
- D) sociedade civil
- E) Confederação de Estados

67. Nos termos da lei federal que organiza o regime geral de previdência, a alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário de contribuição. No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição, sendo o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda, será de:

- A) um por cento
- B) dois por cento
- C) três por cento
- D) quatro por cento
- E) cinco por cento

68. Nos termos da lei federal que estabelece os parâmetros de custeio para o regime geral de previdência social, a contribuição do empregador doméstico incide sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço no percentual de:

- A) cinco por cento
- B) oito por cento
- C) dez por cento
- D) doze por cento
- E) quinze por cento

69. Segundo a legislação do Estado do Rio de Janeiro, a contribuição do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, ao regime próprio de previdência social a que estejam vinculados seus servidores ativos será o equivalente ao seguinte percentual sobre a totalidade da base de contribuição do servidor:

- A) 10%
- B) 15%
- C) 18%
- D) 22%
- E) 25%

70. Consoante a legislação previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, constituem, dentre outras, fontes de receita do Fundo as contribuições de natureza previdenciária dos servidores públicos estatutários, ativos e inativos, do Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e fundações, bem como dos beneficiários de pensão por morte de servidor público estadual estatutário que devem incidir no percentual de:

- A) dez por cento
- B) onze por cento
- C) doze por cento
- D) treze por cento
- E) quatorze por cento

FINANÇAS PÚBLICAS

71. Como tributos extrafiscais compreende-se que são:

- A) exigências fiscais que possuem características de tributos, como a compulsoriedade, mas cuja capacidade tributária é delegada a um ente que disponha de personalidade jurídica própria, que não se confunde com o governo, ainda que o integre indiretamente
- B) tributos instituídos com a principal finalidade de regulação de atividades econômicas específicas, e não propriamente de gerar recursos para compor o caixa do governo e cobrir suas despesas
- C) aqueles que, numa situação de elevação da carga tributária, determinam um aumento da atividade econômica
- D) tributos destinados à cobertura de custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado
- E) aqueles cobrados mediante contraprestação pelo Estado de um serviço ou bem e não têm caráter compulsório nem podem ser exigidos ao arbítrio do estado

72. Entre as funções a seguir, **não** compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, segundo a Constituição Federal:

- A) a apuração dos limites de gastos com pessoal
- B) estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública Federal para o exercício financeiro seguinte
- C) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA
- D) alteração da legislação tributária
- E) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento

73. As Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) são apuradas pelos governos federal, estadual e municipal. E indicam o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro privado e ao resto do mundo para a realização de suas despesas. O resultado nominal corresponde:

- A) à diferença entre as receitas financeiras e não financeiras
- B) ao resultado primário acrescido da variação monetária
- C) à diferença entre as receitas estimadas e as receitas efetivamente realizadas pelo governo
- D) à diferença entre as receitas totais e os gastos totais do governo
- E) ao resultado primário acrescido do valor líquido dos juros nominais

74. Correspondem às três fases de realização da despesa pública:

- A) licitação, ordenação e liquidação
- B) licitação, empenho e penhora
- C) licitação, empenho e liquidação
- D) empenho, liquidação e pagamento
- E) adjudicação, empenho e pagamento

75. O PPA – Plano Plurianual é o instrumento:

- A) de planejamento que explicita o modo como o governo enxerga e procura construir o desenvolvimento do Estado
- B) que garante o gerenciamento anual das origens e aplicações de recursos; é nele que se definem os montantes de recursos aplicados
- C) de formulação e adaptação de leis, normas e regulamentos e instruções para aquisição de bens e serviços durante a vigência de um governo
- D) de reconhecimento dos passivos contingentes do ente público dos quais fazem parte os processos judiciais que envolvem o governo
- E) de planejamento que objetiva definir e ampliar a participação privada na formação do produto nacional

76. Com relação a equidade e progressividade, o imposto sobre consumo tem sua aplicação:

- A) recomendada, haja vista que este tipo de tributação é neutra em termos de eficiência econômica
- B) recomendada para beneficiar os estados produtores e propiciar maiores investimentos
- C) não recomendada, tendo em vista que não discrimina as contribuições de acordo com a capacidade de pagamento do indivíduo
- D) recomendada no contexto da chamada globalização que orienta a harmonização internacional dos sistemas tributários nacionais
- E) não recomendada, pois poderá afetar a competitividade na indústria em função de suas diferentes alíquotas

77. A reavaliação da expectativa de arrecadação, assim como o ajuste da limitação de empenho em conformidade com o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, deverá ser efetuada a cada:

- A) mês
- B) bimestre
- C) trimestre
- D) quadrimestre
- E) semestre

78. Suponha que um empregado paga 10% de contribuição ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, e seu empregador, outros 20%. Suponha também que uma reforma previdenciária fosse proposta de forma a transformar a contribuição de seu empregador em aumento do salário bruto do empregado. O aumento de alíquota na contribuição do empregado para que houvesse a manutenção da receita ao INSS deveria ser de:

- A) 10%
- B) 15%
- C) 20%
- D) 25%
- E) 30%

79. Considere que o país A apresente uma inflação de 25% e o país B uma inflação de 10%. A taxa de câmbio é definida como o número de unidades monetárias de A necessárias para a compra de uma unidade monetária de B. O percentual de apreciação/depreciação da moeda de A face à moeda de B para que haja a manutenção da competitividade deverá:

- A) se depreciar em 13,64%
- B) se apreciar em 13,64%
- C) se depreciar em 12%
- D) se apreciar em 12%
- E) se depreciar em 15%

80. Na China, o índice de Gini registrou 41,5 em 2007 e 48 em 2009. Na Índia, este mesmo índice registrou 37,8 em 1997 e 36,8 em 2004. Então, abstendo-se do fato dos períodos examinados serem diversos, pode-se afirmar:

- A) A Índia apresentou uma piora na distribuição de renda enquanto a China apresentou uma melhora para os respectivos períodos observados.
- B) A distribuição de renda na Índia é melhor, posto que a área de plena igualdade é maior.
- C) A distribuição de renda na China é pior, posto que a área de plena desigualdade é maior.
- D) Se traçadas num mesmo gráfico, a curva de Lorentz da China (2009) será superior à da Índia (2004).
- E) A China apresentou uma piora na distribuição de renda enquanto a Índia apresentou uma melhora para os respectivos períodos observados.